

POLÍTICA DE SUBSÍDIO FISCAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO FLUMINENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI¹

Daniel Ribeiro Barcelos²

Leandro Bruno Santos³

Resumo

Este trabalho objetiva analisar a política de subsidio fiscal do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) e seu impacto no ordenamento territorial. O Brasil tem retomado as políticas públicas industriais desde o início do século XXI. Nesse contexto, a partir da década de 1990, o ERJ tem criado políticas públicas voltadas para incentivar a instalação de empresas, com a finalidade de reduzir a elevada concentração, histórica, na área metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. A partir da referida década houve uma forte pressão política e empresarial para que o estado entrasse na chamada “guerra fiscal”, com o objetivo de reduzir as disparidades entre a região metropolitana e o seu interior. Contudo, por meio da bibliografia utilizada e dos dados estatísticos levantados, concluímos que a política de subsídio fiscal adotada pelo ERJ não tem sido capaz de reduzir as suas disparidades regionais. Portanto, a região metropolitana continua sendo marcada pela elevada concentração industrial e demográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Subsídio Fiscal. Política Industrial. Concentração Metropolitana. Política Territorial.

¹Pesquisa, em andamento, parte integrante da dissertação do Mestrado em Geografia na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do Dr. Leandro Bruno Santos.

² Mestrando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense- Campos dos Goytacazes-RJ. Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela mesma instituição. Licenciado em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: daniel19104@gmail.com.

³Professor Adjunto do Curso de Geografia - Instituto de Educação de Angra dos Reis. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense -Campos dos Goytacazes-RJ.E-mail: leandrobruno@id.uff.br.

Introdução

A retomada de políticas públicas voltadas para a indústria tem sido uma marca desse início de século no Brasil. Segundo Kon (2010, p.15), as primeiras tentativas de organizar a economia por meio do planejamento, no Brasil, se deu na década de 1940. No entanto, de acordo com a autora, essas tentativas não consistiram em práticas efetivas que priorizassem o território como um todo, “restringindo-se a medidas setoriais ou de racionalização do processo orçamentário, como no último caso”.

Ainda de acordo com a autora supracitada, a primeira experiência que considerou, de fato, o território nacional como um todo e contínuo de planejamento, foi o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, em 1956.

Os investimentos públicos em infra-estruturas nos últimos anos, no Brasil, sinalizam a retomada da capacidade de atuação do Estado, por meio da intervenção na tendência neoliberal, presente no processo de globalização, “de uso instrumental do território e de aniquilamento da política como forma legítima de enfrentamento das tensões presentes na sociedade civil” (OLIVEIRA, 2009, p. 2).

Nesse cenário, o ERJ vem passando por expressivas mudanças econômicas e territoriais nos últimos anos. Tem protagonizado, em seu território, a instalação de Grandes Projetos de Investimentos (GPIs), ou seja, empreendimentos que mobilizam e demandam uma grande quantidade de investimentos financeiros, apropriando-se de recursos naturais e força de trabalho em um ponto específico e estratégico do território (VAINER, 2007; SILVA, 2011).

Nesse contexto, o desenvolvimento industrial do ERJ tem sido alvo de intensos debates, principalmente a partir da década de 1990, com as políticas voltadas para incentivar a instalação de empresas objetivando a redução da elevada concentração, histórica, na área metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

Os “usos” diferenciados do território da Região Metropolitana do Rio revelam que esses espaços municipais, se construíram de forma desigual e segregadora, fruto da hierarquização dos territórios ao longo da história do estado, que já foi capital do império e da república.

Diante do exposto, este trabalho, com pesquisa ainda em andamento, tem por objetivo compreender os impactos da política de isenção fiscal na organização do território fluminense no início do século XXI, num contexto em que o estado encontra-se numa profunda e crise financeira, por diversos motivos, tais como: mal uso da receita advinda dos *royalties*, falta de uma política voltada para a diversificação produtiva e as elevadas isenções fiscais a empresas desde a década de 1990, com o discurso de atração de investimentos para os municípios do interior, principalmente para a região Noroeste Fluminense.

Para operacionalizar a pesquisa, utilizar-se-ão procedimentos como revisão de literatura sobre a dinâmica industrial brasileira e as políticas voltadas ao desenvolvimento regional, análise do censo demográfico do IBGE 2010, compilação de dados relacionados aos investimentos regionais no Estado do Rio de Janeiro disponibilizados no Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro- CEPERJ e na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro–FIRJAN, além da análise das Leis referentes aos subsídios fiscais no Estado do Rio de Janeiro.

2. A Dimensão Territorial

O território é um dos conceitos-chave da ciência geográfica. Na Geografia Política clássica, estava ligado de forma exclusiva à dimensão do Estado nacional. Tal visão veio sofrer atualizações, principalmente, com as contribuições de Sack (1986, p. 16), pois, para autor “(...) um lugar pode ser um território num momento e não (ser) em outro, e um território (territorialidade) pode criar um lugar onde não existia antes”.

Para Souza (1995, p. 96), a dimensão territorial passa pelo poder. Ele compreende o território como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Desse modo, não precisa e nem deve ser reduzido à escala nacional ou estar associado apenas a figura do Estado, como na geografia clássica.

Segundo Gottmann (2012, p.523), “o território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo”. Sendo um recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma

estrutura de governo. No qual descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia.

De acordo com Santos (2004, p. 221), a realidade formadora do território passa pelo reconhecimento de seu conteúdo em técnica⁴. Para ele, “a materialidade do território é dada por objetos que têm uma gênese técnica, um conteúdo técnico e participam da condição da técnica, tanto na sua realização como na sua funcionalidade”.

Todavia, vale lembrar que a difusão das técnicas não se dá de forma homogênea, pois as mesmas apresentam-se no território, no tempo e no espaço, de forma desigual. Por isso, para o autor supracitado, “os objetos técnicos têm de ser estudados juntamente com seu entorno [...] e de tal modo podemos afirmar que cada novo objeto é apropriado de um modo específico pelo espaço preexistente” (SANTOS, 2004, p. 40).

Neste raciocínio, o território se configura, ainda, como a arena de ação das empresas hegemônicas que a partir de suas intenções, por ele expressas, envolvem outras empresas e instituições. “Um complexo de normas, práticas, instrumentos e instituições juntamente movidas e movendo a sociedade” (Idem, 2003, p. 89). No entanto, Milton Santos nos alerta para o fato de que é imprescindível reconhecer, acima de qualquer premissa, o território como “território usado”. Pois,

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2003, p. 96).

O capital passa a atingir cada vez mais importância enquanto elemento essencial do uso do território, frente aos imperativos de fluidez e da técnica, criando impasses e apropriações desiguais. Nessa direção, segundo Diniz (2002, p. 243),

⁴Milton Santos define técnica como sendo um conjunto de meios instrumentais e sociais a partir dos quais o homem vive, trabalha e produz seu espaço (2004, p. 29).

“as atividades econômicas, em um mundo crescentemente integrado, buscam as localidades mais lucrativas, recriando o local e aumentando a competição regional”.

Neste sentido, a apropriação do espaço não possui somente uma dimensão política ou econômica, pois “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico” (SANTOS, 2007, p. 82). Pode ainda servir de base a resistências e propostas de consideração e articulação entre diferentes escalas, identidades e atores sociais.

Dessa forma, pensar politicamente o território significa levar em consideração as suas diversas perspectivas e os seus “diversos usos”. Além disso, acreditamos que qualquer política regional e econômica deve ser elaborada tendo como finalidade principal desenvolver o território e promover a redução dos desequilíbrios regionais nas diversas escalas geográficas.

3. O desenvolvimento regional brasileiro: uma breve análise

A distribuição espacial da indústria brasileira possui, historicamente, um perfil altamente concentrador. A região sudeste, mais precisamente os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sempre abrigaram a maior parte dos investimentos e, conseqüentemente, a concentração industrial.

Após um período de lenta e relativa desconcentração, em que se configurou a constituição de um “polígono espacial”, que incorporava parte do Centro-Oeste, Minas Gerais e do Sul, como o centro dinâmico brasileiro (DINIZ, 1995), está em curso, a partir da segunda metade da década de 1990, com forte aceleração na primeira década do atual século, uma nova tendência no desenvolvimento brasileiro: a fragmentação em ilhas dinâmicas, localizadas pontualmente no território, articuladas numa lógica de produção voltada para a exportação de produtos primários, intermediários e semi-industrializados.

De acordo com Klink (2013), uma análise geográfica e histórica da intervenção e organização territorial do Estado desenvolvimentista nos ajuda a melhor compreendermos as persistentes contradições socioespaciais e ambientais

na produção do espaço urbano e regional no Brasil. Neste sentido, Araújo (2000) analisa historicamente a evolução do desenvolvimento brasileiro trazendo à baila o novo padrão de desenvolvimento adotado pelo país. A autora considera, em sua análise, as décadas de 1970, 1980 e 1990.

Na década de 1970, enquanto a economia mundial entrava num estágio de desaceleração, estava em curso no Brasil uma política de desenvolvimento regional, liderada pelo presidente Geisel, que, por meio de grandes investimentos públicos financiados com o endividamento externo, conseguiu manter a economia brasileira crescendo exponencialmente.

Surgem nesse período Grandes Projetos de Investimento (GPI) como a Hidroelétrica de Itaipu, Grande Carajás, entre outros, que promoveram uma pequena desconcentração ao serem instalados em outras regiões fora do eixo Rio- São Paulo. Em meio à crise mundial, o Brasil diversificava sua economia a passos largos. “O Estado desenvolvimentista brasileiro foi levado a atuar até a exaustão, no período pós choque do petróleo” (ARAÚJO, 2000, p. 323).

Em 1980, a crise atinge fortemente o Brasil. O choque de juros atinge o país e a dívida externa salta de US\$ 12 bilhões para US\$ 54 bilhões. A sociedade brasileira que vinha num contexto de “Brasil Potencia”, slogan dos militares à época, passa a vivenciar um país deficitário mergulhado numa profunda crise financeira e refém de poderosos credores internos e externos.

Segundo Araújo (op. cit.), enquanto resistia a entrar na crise que assolava o mundo e se abrir para globalização, rendendo-se à financeirização, o Brasil protagonizou uma importante fase na sua dinâmica regional. As políticas regionais ampliadas desde a gestão do Juscelino Kubitscheck e as políticas de investimentos das grandes estatais como Telebrás, Eletrobrás, Petrobrás, Vale do Rio Doce, entre outras, proporcionaram uma “tímida desconcentração regional”, ao ampliar bases produtivas fora do eixo Sudeste.

A década de 1990 marca as escolhas estratégicas adotadas pelo governo brasileiro. Esse período é caracterizado pelo forte processo de internacionalização da economia brasileira com a abertura comercial e financeira no governo Collor e

acentuada a *posteriori* pelo Fernando Henrique, período em que o Brasil se abre novamente ao capital internacional.

Desta vez, sob o domínio de políticas neoliberais, centradas num intenso processo de privatização de empresas estatais e de serviços públicos, prevalece a lógica de valorização dos espaços econômicos mais atrativos, ou seja, capazes de ofertar maior infraestrutura, empresas e segmentos mais competitivos. As regiões menos atrativas e competitivas são relegadas a um segundo plano, acentuando a desigualdade regional, sob a égide da “guerra de lugares”, que está na raiz da fragmentação. Segundo Oliveira (2008),

O capital corporativo aproveita-se da maior mobilidade espacial permitida pelos atuais recursos tecnológicos e comunicacionais, incluindo seus efeitos sobre a ampliação da capacidade de transporte, para impor, aos governos locais dos territórios, que estes lhes ofereçam vantagens na forma de investimentos e renúncias fiscais, como se isso fosse uma demonstração de competência e boa administração. Naturaliza-se o uso dos fundos públicos, subsidiando o capital, mascarando o que, na verdade, trata-se mais de uma chantagem (p. 1).

Nesse contexto, está em curso uma nova dinâmica regional fortemente influenciada pela abertura econômica do país ao comércio internacional, pelo dinamismo e especialização tecnológica inerentes a globalização, entre outros elementos, que:

Tende a mudar a tendência à modesta desconcentração que predominara no período anterior. Por outro lado, o baixo dinamismo da economia nacional é comandado por “ilhas dinâmicas” localizadas nas diversas macrorregiões do país, enquanto outras áreas sofrem impactos mais adversos, por não serem tão competitivas ou por estarem submetidas a intenso processo de reestruturação (ARAÚJO, 2000, p. 327).

As “ilhas dinâmicas” espalhadas pelo país seguem a lógica capitalista definidora do atual padrão de desenvolvimento que, na maioria das vezes, gera uma fraca, ou nenhuma, irradiação territorial. Ou seja, pouco contribuem com o território no qual se instalam. Fazendo uma “ponte” de fora, para fora conectando-se a outras ilhas presentes nas diversas escalas, do local ao internacional.

No entanto, de acordo com Araújo (2013, p.50), “a concentração econômica que beneficiou o Sudeste e o Sul no século XX, embora atenuada, ainda é uma

marca muito forte no cenário do desenvolvimento regional brasileiro, em especial a concentração industrial”. Neste raciocínio, Siqueira (2013, p. 75) afirma que,

Ao contrário do que ocorreu em outros países que também passaram por processos de desconcentração regional da indústria, tais como os Estados Unidos e a Inglaterra, no Brasil esse movimento não foi acompanhado por uma desindustrialização do estado de São Paulo e particularmente da área metropolitana de sua capital. Tais regiões não perderam capacidade produtiva, plantas industriais, base econômica, fiscal e população.

Conforme discutido acima, o território brasileiro é, historicamente, marcado por uma acentuada concentração industrial na região Sudeste, mais especificamente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, o próprio ERJ também apresenta uma histórica “singularidade territorial” (DAVIDOVICH, 2000) traduzida por uma elevada disparidade entre as suas regiões e forte concentração em sua área metropolitana.

4. Investimentos públicos e transformações no ordenamento territorial no Rio de Janeiro

O estado do Rio de Janeiro tem passado por um intenso processo de transformação socioespacial nas últimas décadas. Segundo Oliveira (2009), as mudanças econômicas contemporâneas têm produzido uma nova rede de relações e a redefinições desses limites para efeito de análise dos novos processos produtivos.

Ainda de acordo com o autor, tem surgido alguns estudos que propõe uma nova configuração com o objetivo de superar as referências, ainda muito utilizadas, de que a metrópole fluminense seria composta de um núcleo mais industrializado e uma periferia segregada por falta de investimentos produtivos e sociais.

Essa proposta baseia-se nos resultados do referido estudo e dos diversos debates que têm mostrado um acentuado declínio das atividades industriais clássicas no núcleo – tendo apenas como exceção o setor naval, cuja base localiza-se nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói – que, nas últimas décadas, apresenta a maior perda proporcional de postos de trabalho formal no setor industrial. Essas transformações requalificam os lugares e alteram as dinâmicas territoriais, tornando

a economia estadual mais dinâmica (OLIVIRA, 2009). A região metropolitana do Rio de Janeiro⁵, que tem a cidade do Rio de Janeiro como núcleo, é composta por dezessete municípios, como podemos visualizar na figura 1.

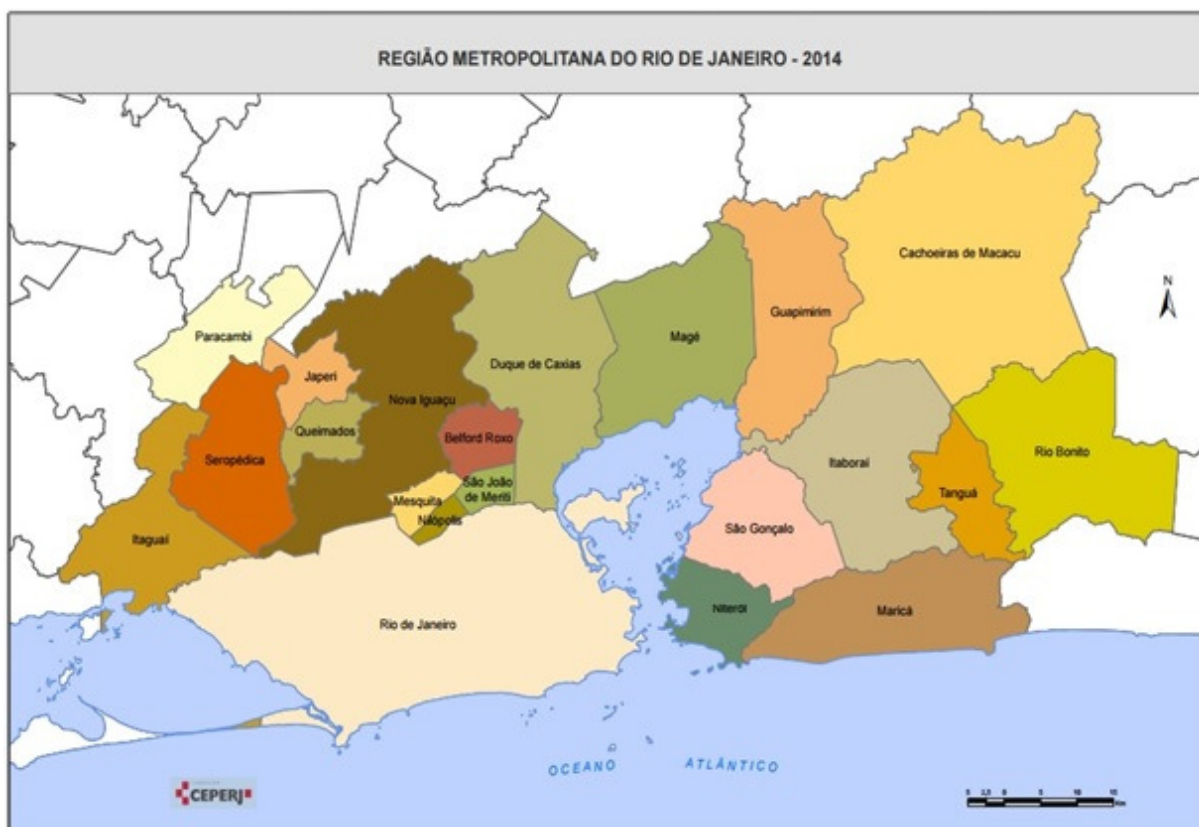


Figura 1. Mapa da região metropolitana do Rio de Janeiro
Fonte: CEPERJ (2016).

A mudança das bases econômicas dessas e de outras cidades acabou alterando toda a organização do território no norte do estado e, conseqüentemente, a própria dinâmica socioterritorial do estado como um todo. Conforme exemplifica Oliveira (2009),

⁵A RMRJ foi instituída pela Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, após a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, unindo as então regiões metropolitanas do Grande Rio Fluminense e da Grande Niterói.

O norte fluminense, pelas suas características históricas de uma economia ligada ao setor agrário sucro-alcooleiro, tinha a cidade de Campos dos Goytacazes como centro regional e uma economia totalmente organizada em torno desse setor e de algumas outras atividades sem maior expressividade, como o setor de cerâmica vermelha. A cidade de Macaé, igualmente, tinha uma economia voltada para essa mesma atividade e complementada pela pesca artesanal, ainda hoje presente em seu território. Por fim, os municípios litorâneos, tendo como centro mais estruturado a cidade de Cabo Frio, possuíam uma base turística de escala regional, e em alguns pontos internacional, como é o caso do município de Armação dos Búzios. (p.12).

Contudo, como apontam diversos dados estatísticos relacionados à produção industrial e à literatura sobre a temática, por mais que as transformações econômicas tenham alterado as dinâmicas industriais e levado ao protagonismo do interior do estado, principalmente após a descoberta do petróleo na Bacia de Campos, a atividade industrial do estado do Rio de Janeiro ainda é altamente concentrada na região metropolitana. Nesse contexto,

Alude-se à configuração de um território dominado pelo porte da concentração metropolitana e pela prevalência de marcos da ocupação histórica e do legado da divisão territorial do trabalho da fase urbano - industrial, grosso modo instaurada no período de Getúlio a Geisel; prevalência essa que tem sido associada a uma imagem de estagnação do Estado do Rio de Janeiro, decorrente de perdas de posição na economia nacional e na esfera política. Uma outra pontuação deve ser referenciada à forma de institucionalização do território do novo Estado do Rio de Janeiro, que resultou de uma ação impositiva do governo militar, e que se ressentiu de laços históricos de solidariedade e de pertencer coletivo da população. Ainda como expressão de uma singularidade, cabe aludir à posição da cidade do Rio de Janeiro num contexto territorial que evoca uma situação de paradoxos (DAVIDOVICH, 2000, p.1).

De acordo com a autora supracitada, é preciso, ainda, levar em conta que, como capital de uma unidade da federação, a cidade do Rio de Janeiro enfrenta uma situação nova, a de administrar um território perpassado por múltiplos problemas: a disseminação da pobreza, os impasses do porto de Sepetiba, os confrontos entre governo municipal e governo estadual, as dificuldades financeiras. Ainda, segundo a mesma autora, cabe além disso, considerar, a herança de uma integração territorial precária, que o ato da fusão entre duas unidades político-administrativas, secularmente separadas, não logrou equacionar.

Diante do exposto, acreditamos que o estado do Rio de Janeiro carece de uma política territorial, capaz de introduzir políticas flexíveis e adequadas para as

diversas partes do território e contribuir para reduzir o desequilíbrio regional, marca histórica do referido estado. Nesse cenário, na década de 1990, houve uma forte pressão política e empresarial para que o estado entrasse na chamada “guerra fiscal” com o objetivo de reduzir as disparidades entre a região metropolitana e o interior.

5. Política de subsídio fiscal no Rio de Janeiro

As políticas públicas voltadas para atrair indústrias não é algo novo no Brasil. Segundo a literatura sobre o tema, datam da década de 1950 com o processo de industrialização brasileiro. Com o passar do tempo, os estados, em busca de atrair as empresas para o seu território, começaram uma verdadeira “guerra fiscal”, que grosso modo diz respeito à disputa fiscal no contexto federativo. Segundo Santos e Silveira (2006):

As mudanças de localização de atividades industriais são, as vezes precedidas, de uma acirrada competição entre estados e municípios pela instalação de novas fabricas e, mesmo, pela transferência das já existentes. A indústria de automóvel e de peças é emblemática de tal situação. (p.112).

Ainda segundo os autores, no atual estágio do processo de globalização, a velocidade com que os territórios são valorizados e desvalorizados determinam mudanças de usos, de forma temerária. Além disso, as empresas surgem com o discurso de modernizar o território, por meio de objetos modernos. Dessa forma, “os lugares entram em guerra, num embate por oferecer os melhores dados técnicos e políticos as empresas” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 113). Nesse contexto,

As empresas convocam o resto do território a trabalhar para os seus fins egoístas, mas também inconstantes, de modo a assegurar um enraizamento do capital que é sempre provisório. E como um capital globalmente comandado não tem fidelidade ao lugar, este é continuamente extorquido. O lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter as atividades das empresas, sob ameaça de um deslocamento das empresas que produzem bens de interesse do Estado, incentivos para aquisição de grandes áreas de terra no distrito industrial e isenção ou dedução do imposto de renda (IBIDEN, p. 116).

Desse modo, manipulação das alíquotas de determinados tributos tornou-se o elemento fundamental das políticas relacionadas à atração de empresas. Ou seja, será mais atrativo aquele município ou estado que oferecer uma alíquota menor às empresas. Segundo Cardozo (2010), a guerra fiscal consiste em um fenômeno que se acirra, nos anos 1990, e tem como principal característica o embate entre os entes federativos na atração de empresas para seus territórios.

Em abril de 2005, foi criada a LEI Nº 4533/2005, conhecida como “Lei Rosinha”, por ter sido sancionada pela então governadora Rosângela Garotinho, com o objetivo de atrair empreendimentos para 31 municípios, sobretudo do Noroeste Fluminense, na ocasião “esvaziado” devido aos incentivos oferecidos pelo Espírito Santo. A Lei oferecia atrativo às empresas que se instalassem nos municípios selecionados, mediante a redução do ICMS de 19% para apenas 2%, durante 25 anos.

Contudo, a referida Lei beneficiou cidades como Conceição de Macabu e Campos dos Goytacazes e excluiu Macaé, que disputa a polarização da região com Campos. Sendo assim, Macaé teria o ICMS mais caro entre os seus municípios vizinhos. Ou seja, entre pagar 19% de ICMS em Macaé ou 2% na cidade de Campos dos Goytacazes, os empresários apontavam seus investimentos para Campos ou os outros municípios com ICMS mais baixo.

Apesar da política de subsidio fiscal, intensificada pelo ERJ, a partir da década de 1990, a pressão demográfica na região metropolitana continuou acentuada, como podemos visualizar na tabela 1, em 2010 dos mais de 15 milhões de habitantes do ERJ 11 milhões estão na área metropolitana.

Tabela 1. População residente, segundo as Regiões de Governo e do Estado do Rio de Janeiro - 1970-2010

Regiões de Governo e ERJ	População residente				
	1970	1980	1991	2000	2010
Estado do Rio de Janeiro	8.994.802	11.291.520	12.807.706	14.391.282	15.989.929
Região Metropolitana	6.879.183	8.758.420	9.796.649	10.869.255	11.835.708
Região Noroeste Fluminense	245.561	242.648	273.062	297.696	317.493
Região Norte Fluminense	471.038	514.644	611.576	698.783	849.515
Região Serrana	467.159	579.491	686.772	752.002	805.627
Região das Baixadas Litorâneas	238.725	301.379	389.522	560.559	810.666
Região do Médio Paraíba	446.835	599.791	694.253	785.192	855.193
Região Centro-Sul Fluminense	177.753	202.842	228.448	254.103	272.227
Região da Costa Verde	68.548	92.305	127.424	173.692	243.500

Fonte: Elaborado pelos autores (com base em CEPERJ(2013); IBGE (2010), 2016).

Além disso, o relatório da FIRJAN (2012/2014) sobre os investimentos anunciados por empresas, atividades e valor de investimento, segundo as regiões de governo e municípios do ERJ, nos revela que, nesse período (2012-2014), a região metropolitana foi cotada para receber a maior quantidade de empresas e, conseqüentemente, de investimentos. Como podemos observar no quadro 1, que segue abaixo:

Regiões de Governo e municípios	Empresas	Setores de atividades	Valor do investimento (1.000.000 R\$)
Total			71,6
Região Metropolitana			38,5

Rio de Janeiro	Porto Maravilha	Transporte/Logística	4,8
Rio de Janeiro	Metrô - Linha 4	Transporte/Logística	4,2
Rio de Janeiro	Sistema BRT	Transporte/Logística	2,8
Rio de Janeiro	Programa Morar Carioca	Habitação	3,4
Rio de Janeiro	Porto do Rio	Transporte/logística	1,4
Rio de Janeiro	Estaleiro Ilha S.A.	Construção Naval	1,3
Rio de Janeiro	Cosigua	Siderurgia	1,2
Itaboraí	Comperj	Petroquímico	5,3
Itaguaí	PROSUB	Construção Naval	5,2
Itaguaí	Porto de Itaguaí	Transporte/logística	2,6
Itaguaí	Usiminas	Transporte/logística	1,3
Itaguaí	CEDAE	Saneamento básico	2,4
Niterói	Estaleiro Mauá	Construção Naval	1,5
Niterói	Grupo Fischer	Construção Naval	1,1
Região Norte Fluminense			21,0
São João da Barra	Ternium	Siderurgia	8,8
São João da Barra	OGX	Energia	6,5
São João da Barra	OSX	Construção Naval	3,0
São João da Barra	Complexo Portuário do Açú	Transporte/logística	2,7
Região Noroeste Fluminense			0,6
Itaocara	Light S/A - UHE Itaocara	Energia	0,6
Região do Médio Paraíba			4,9
Porto Real	Peugeot Citroen	Automotivo	1,7
Resende	Renaut - Nissan	Automotivo	2,6
Resende	MAM Ônibus e Caminhões	Automotivo	0,6
Região da Costa Verde			7,2
Angra dos Reis	Angra III	Energia	7,2

Quadro 1. Investimentos anunciados por empresas, atividades e valor, segundo as Regiões de Governo e municípios- 2012-2014.
Fonte: FIRJAN (2015)⁶.

Como podemos visualizar no quadro acima, a Região Noroeste Fluminense aparece com o menor investimento. O que não se alterou no relatório da FIRJAN (2014/2016), no qual o Noroeste aparece com apenas 0,02% de investimento

⁶ Decisão Rio - Investimentos 2012-2014.

previsto entre os anos de 2014 e 2016, contra 16,1% da sede do Município do Rio de Janeiro, como apresentado no quadro 2, abaixo:

Região	Valor do investimento no período 2014-2016 (R\$ bilhões)	%
Sede – Município do Rio de Janeiro	37,8	16,1
Região Leste Fluminense	25,6	10,9
Região Sul Fluminense	14,0	6,0
Região Baixada Fluminense – Área I	10,9	4,6
Região Baixada Fluminense – Área II	2,9	1,2
Região Norte Fluminense	0,9	0,4
Região Serrana	0,3	0,1
Região Centro-Norte Fluminense	0,1	0,02
Região Noroeste Fluminense	0,1	0,02
Várias*	143,0	60,7

Quadro 2. Investimentos previstos por região do estado do Rio de Janeiro- 2014/2016.
Fonte: Fonte: FIRJAN (2015)⁷.

Os dados dos quadros acima revelam que os maiores investimentos industriais no ERJ estão concentrados na região metropolitana e nos municípios em seu entorno, o que, de certa forma, contradizem um dos principais objetivos da lei nº 4533/2005 que prioriza, em seu texto, o Noroeste Fluminense.

Considerações finais

O ERJ tem protagonizado uma intensa reestruturação produtiva nas últimas décadas. As singularidades históricas e políticas do Estado e da cidade do Rio de Janeiro são elementos definidores dos contextos políticos e econômicos. Nesse contexto, a dinâmica regional do ERJ surge marcada por contrastes sociais, nos quais a região metropolitana do referido Estado é, historicamente, marcada pela elevada concentração industrial e demográfica.

A partir da década de 1990, face ao enfraquecimento do estado nacional, adoção de políticas neoliberais e acirramento das guerras de lugares, o ERJ intensifica a sua participação na chamada “guerra fiscal” por meio da criação de leis

⁷ Decisão dos Investimentos anunciados para o período 2014-2016 no Rio de Janeiro.

com o objetivo de atrair empresas para os municípios fluminenses e reduzir, assim, as enormes disparidades entre eles.

É preciso pensar o território de forma integrada, mas considerando especificidades de cada município. Como se trata de uma pesquisa ainda em andamento, os dados apresentados são para contextualizarmos a discussão teórica. Porém, eles já nos indicam as nuances socioeconômicas e históricas do Estado do Rio de Janeiro e de sua complexa região metropolitana.

Sendo assim, chamada “guerra fiscal” que se trava entre os municípios fluminenses tem contribuído para reduzir as desigualdades regionais e a concentração industrial metropolitana? É que pretendemos aprofundar e responder durante o desenvolvimento da referida pesquisa.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

_____. Tendências do desenvolvimento regional recente no Brasil. In: BRANDÃO, Carlos (org.); SIQUEIRA, Hipólita (org.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ALERJ). **Lei n. 4533, de 04 de abril de 2005**. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/813da868caafe8fe83256fda0067816d?OpenDocument>>. Acesso em: 28 ago 2016.

CARDOZO, Soraia Aparecida. **Guerra Fiscal e Alterações das Estruturas Produtivas Estaduais desde os anos 1990**. 2010. 340f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000478536&fd=y>>. Acesso em: 12 maio 2016.

CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO (CEPERJ). **Anuário estatístico do estado do Rio de Janeiro 2013**. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/anuario2013/arquivosExcel/tb_familia/tab_07.04_13.xls>. Acesso em: 12 maio 2016.

DAVIDOVICH, Fany. Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v.5, n. 9, p. 9-24, jul-dez; 2000. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_2_davidovich.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

DINIZ, Clélio. **Dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília: IPEA, 1995.

_____. Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos. In: CASTRO, Ana Célia (org.). **Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad; BNDES, 2002. p. 239-274.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Decisão Rio/Investimentos**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/decisaorio>>. Acesso em: 29 ago 2016.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, 2012. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/viewFile/86/2012v2n3_Gottmann>. Acesso em: 21 maio 2016.

KLINK, J. A escalaridade e espacialidade do (novo) desenvolvimentismo, uma exploração conceitual para o debate. In: BRANDÃO, Carlos (org.); SIQUEIRA, Hipólita (org.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2013.

KON, Anita. Planejamento governamental federal no período 1996-2002. In: _____. **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 243-285.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. Investimentos Públicos e Desenvolvimento Local: sentidos estratégicos dos recentes projetos e políticas públicas no Rio de Janeiro. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10, 2008, 26-30 maio, Barcelona. **Anais...** Barcelona: Universidade de Barcelona, 2009. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/141.htm>>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. Desconcentração industrial e espaço urbano/metropolitano: análise territorial da expansão metropolitana e da formação de novos eixos econômicos produtivo no rio de janeiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13,2009, 25 -29 maio, Florianópolis - Santa Catarina. **Anais...** Belo Horizonte-MG: ANPUR, 2010. Disponível em:

<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/3288/3221>>. Acesso em: 12 maio 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert D. **Humanterritoriality: its theoryandhistory**. London: Cambridge University, 1986.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. 1. Reimp. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. Uma organização produtiva do território. In:_____;_____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, R. Grandes projetos de investimento e seus efeitos socioespaciais no território: transformações na identidade dos atingidos do assentamento Olhos D'água em Uberlândia (MG). **Revista Geográfica da América Central. Especial**, Egal, Costa Rica, 2011. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/04.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

SIQUEIRA, Hipólita. Dinâmica Regional Brasileira (1990-2012). In: _____. (org.); BRANDÃO, Carlos (org.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo Fundação Perseu Abramo, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO. I. E. de et al. (org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VAINER. C.B. Grandes Projetos de Investimento. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, maio, 2007.